

A concepção controlada: práticas anticonceptivas em uma área do Recôncavo Baiano

Ceci Vilar Noronha*
Greice Maria de Souza Menezes*
Sebastião Loureiro*
Maria Inês Costa Dourado*

O declínio da natalidade no Brasil, principalmente a partir dos anos 70, é um fenômeno analisado por diversos estudiosos da questão populacional. Esse declínio ocorre pela queda das taxas de fecundidade, com a generalização progressiva de práticas anticoncepcionais.

No cenário nacional, a região Nordeste se destaca pela concentração de populações com salários deprimidos e por uma taxa de fecundidade total acima dos valores calculados para o país.

O propósito desta investigação se prende à tentativa de mensurar o uso de práticas anticonceptivas em Muniz Ferreira, localidade próxima à Região Metropolitana de Salvador. Indagou-se em que medida o fenômeno da limitação da prole, num local com características rurais, apresentaria um comportamento semelhante ao encontrado em centros urbanos do Nordeste.

A economia de Muniz Ferreira encontra-se numa fase de transição da lavoura para a criação do gado bovino, com as pastagens substituindo os campos cultiváveis. Apesar disso a estrutura fundiária do município em 1980, ainda se caracterizava pelos minifúndios.

Em 1980, da população total de 3543 indivíduos, 1735 eram do sexo feminino e 726 constituíam o grupo em idade fértil. Foram realizadas entrevistas domiciliares com 140 mulheres (19%) entre 15 e 49 anos, em 1985.

Como era esperado, pelo fato da economia local apresentar-se com pouco dinamismo, uma proporção expressiva das mulheres (66,4%) é originária do próprio local. De outras localidades não urbanas provêm 32,1% das entrevistadas.

O número médio de 4 filhos vivos por mulher, encontrado no estudo, corresponde exatamente à taxa de fecundidade total das áreas urbanas do Nordeste, calculada a partir dos resultados preliminares da PNAD/1984. Esse valor é próprio de populações com alto crescimento demográfico mas os resultados sobre a regulação da fecundidade permitem identificar um processo de mudança em curso. As mulheres foram divididas em dois grupos para efeito de análise: mulheres de 15-29 anos e de 30-49 anos. Encontrou-se diferenças no comportamento reprodutivo das mulheres.

A dimensão da prole é distinta quando os dois grupos de idade são contrastados: entre as mulheres compreendidas na faixa etária até 29 anos, 81,3% têm de 1 a 3 filhos vivos; no outro grupo etário, 49,4% das mulheres tiveram mais de 5 filhos. Estes dados conferem uma média diferenciada entre os dois grupos etários, ou seja, no grupo mais jovem a média de filhos é igual a 2, no grupo de 30 a 49 anos, é de 6 filhos. Essa diferença acentuada entre os dois grupos, sugere um comportamento

* Departamento de Medicina Preventiva –
Universidade Federal da Bahia.

mais precoce de controle da natalidade entre as mulheres com idade inferior a 30 anos. O desejo de ter poucos filhos coibirá uma prole na mesma dimensão do grupo etário mais velho.

Da comparação entre uso de anticonceptivos e idade, os dois grupos etários não apresentam diferenças estatisticamente significantes. A proporção de mulheres com idade até 29 anos que usou meios anticoncepcionais é de 56,9%, valor não muito distante da proporção de 49,4%, que exerce essa prática no outro grupo, apontando para a generalização das práticas anticonceptivas nos anos 80.

Os dados relativos à identificação do método anticonceptivo em uso destacam a esterilização feminina. Esta é a prática mais freqüente, atingindo uma proporção de 88,1% entre as mulheres na faixa de 30 a 49 anos e uma percentagem também expressiva (58,6%), entre as entrevistadas de 15 a 29 anos. Tais resultados sugerem que uma parte das mulheres de ambos os grupos etários opta pela esterilização sem mesmo haver experimentado outro método previamente. Fato que deve estar relacionado à ausência de uma política de planejamento familiar que possibilite informações e garantia do acesso a outros métodos.

Nas justificativas relativas à escolha da esterilização como método foram assinalados fatores como: a praticidade, na medida em que prescinde de cuidados diários para ser efetivo; o fato de interromper definitivamente a procriação e não provocar, aparentemente, efeitos colaterais. Por fim, a esterilização aparece com uma justificativa médica, a partir do terceiro parto por cesariana, associação essa já apontada por outras análises do tema. Aumentando a incidência do parto cesáreo em razão da preferência dos médicos e das parturientes, tem-se como resultado uma parcela maior de mulheres passíveis de

esterilização. O fato de aproximadamente 60% das mulheres que usam algum meio anticoncepcional com idade inferior a 30 anos, ter realizado a laqueadura de trompas, evidencia também que, nesse grupo de mulheres, a reprodução começa e se interrompe cedo.

A preferência pela esterilização feminina não está associada ao fato da mulher ser analfabeta ou de ter atingido uma escolaridade de 1º ou 2º grau. Pode-se afirmar nesse estudo que a laqueadura de trompas não está relacionada à escolaridade.

Acerca dos níveis de renda encontrados, vale salientar que uma proporção acima de 50% dos chefes de família percebia até 1 salário mínimo, explicando-se este dado pela presença expressiva de lavradores, pedreiros, carpinteiros, serventes e artesãos (fabricação de fogos de artifícios).

Discriminar a prática anticonceptiva por tipo de método utilizados e grupos de renda, não evidenciou diferenças estatisticamente significantes. Tal resultado equivale a dizer que os grupos com estratos de renda analisados (até 1 salário mínimo e mais de 1 a 10 salários mínimos) se valem em proporções semelhantes da laqueadura de trompas e dos anticoncepcionais orais para controlar a natalidade.

A análise da reprodução e concepção por grupos etários permitiu levantar evidências de descréscimo da natalidade cujos condicionantes mais imediatos são as práticas anticonceptivas de alta eficácia. Tais resultados possibilitam assinalar que as mulheres até 29 anos dificilmente atingirão o mesmo número médio de filhos encontrado no outro grupo de comparação.

Ao se confrontar o número de filhos com o uso de práticas anticoncepcionais, verifica-se que há diferenças estatisticamente significantes, as quais evidenciam que há uma relação inversa

entre essas duas variáveis. Ou seja, o uso de anticoncepcionais é mais frequente (67,7%) entre as mulheres que têm um menor número de filhos (de 1 a 3) decrescendo para 31,6% entre as mulheres com mais de 8 filhos.

Agregando a esses achados a variável idade, pode-se sugerir que o segundo grupo de mulheres (menor uso de anticoncepcionais e maior número de filhos) corresponde às mulheres de idade igual ou superior a 30 anos. Isto sugere que estas começaram a controlar a sua fecundidade a partir de um número de filhos superior à média encontrada no grupo de mulheres mais jovens.

Os determinantes desse movimento complexo de descenso da natalidade estão relacionados, no limite, às mudanças das relações de produção, principalmente pela expansão do modo

de produção capitalista ao campo. Na área estudada, vale resgatar o processo particular (e lento) de substituição ou retração das atividades agrícolas pela criação de animais como uma mudança estrutural, que diminui a demanda de força de trabalho e, com isso, altera as estratégias de sobrevivência das classes trabalhadoras, com repercussões sobre a dimensão da prole.

Concluindo, destaca-se a proporção elevada de esterilização feminina como prática de controle da concepção, dado singular mesmo entre nações capitalistas.

Urge, por conseguinte, a implementação, no Brasil, de uma política de planejamento familiar que apresente alternativas de métodos contraceptivos e leve em conta outras dimensões da assistência à saúde da mulher.

Referências bibliográficas

- BADIANI, R. et alii - 1988. O papel dos setores público e privado como fonte de obtenção de métodos anticoncepcionais. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do Sexto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, v.1, p. 675-694.
- BAHIA/SEPLANTEC/Departamento de Geografia e Estatística. - 1972. **Anuário Estatístico da Bahia.**
- BERQUÓ, E. - 1987. Sobre a Política de planejamento familiar no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, 4(1): 95-103, jan/jul.
- CARVALHO, J. A. de et alii - 1981. **A Recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação.** CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 65 p..
- FERNANDEZ, R. E. & CARVALHO, J. A. M. - 1986. A evolução da fecundidade no Brasil, período 1957-1979, **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, 3(2): 67-86, jul/dez..
- MARTINE, G. et alii - 1988. A urbanização no Brasil. Retrospectiva, componentes e perspectivas. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do Sexto Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP, v.1, p. 19-65.
- MARTINE, G. - 1989. O mito da explosão demográfica. **Revista Ciência Hoje**, 9 (51): 28-35.
- OLIVEIRA, L. A. P. & SIMÕES, C. C. da S. - 1988. As informações sobre fecundidade, mortalidade e anticoncepção nas PNADS. In: SAWYER, D. O. (org.) **PNADS em foco, ANOS 80.** Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Contagem-MG.
- PAGLIARO, H. - 1987. Níveis, tendências e diferenciais sócio-econômicos da fecundidade. **Caderno do Centro de Recursos Humanos/UFBA** nº 8, Salvador, 34p.
- RADIS/DADOS - 1986. A mulher brasileira: estatísticas de saúde. 10, FIOCRUZ.

SIMÕES, C. C. da S. & OLIVEIRA, L. A. P. – 1988. **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: a situação da fecundidade; determinantes gerais e características da transição recente.** Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais, 64 p.

SOUZA, G. A. A. de – 1987. Não se fazem mais filhos como antigamente **Cademo do Centro de Recursos Humanos/UFBA nº 1**, Salvador, 36p.

